Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata número hum mil novecentos e oitenta e oito.

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e seis, em sua Sala de Sessões, reuniu-se a Câmara Municipal da Lapa, sob a presidência do vereador Manoel Silveira Xavier, secretariada pelo vereador Bento de Farias, presentes os vereadores: Izolina Beira Floriano, João Deda, Antonio Ruiz Paloma, Luiz E. Kuss Marins,, Acir Pinto, Daniel Coreluk, Pedro Mendes de Siqueira, João Afonso e Pedro F. Bianchini Jr.

A hora regimental, o senhor presidente declarou aberta a sessão, tendo inicio com a leitura da ata anterior que foi aprovada sem restrições.

Do expediente do dia lido pelo senhor secretário, constou o seguinte:- Requerimento do vereador Bento de Farias, solicitando que fosse reiterado oficio de solicitação ao senhor Secretário dos Transportes para a conclusão dos trabalhos iniciados na estrada Lavrinha/São Bento. Oficio do senhor Prefeito Municipal, encaminhando os balancetes do mês de abril. Livre a palavra sobre o expediente fez uso dela o vereador Bento de Farias, justificando o requerimento que apresentou para que fosse reiterado pedido ao Secretário dos Transportes para a conclusão das obras iniciadas na estrada Lavrinha/São Bento. Tal pedido foi feito já em 08 de abril sem até agora ter recebido uma resposta. Ontem ao dirigir-se a São Bento, observou que até o momento nada foi feito na estrada. Por isto sente-se na obrigação de reiterar o pedido inicial, solicitando inclusive que deste seja encaminhado cópia ao senhor Governador do Estado e ao Deputado Paulo Furiatti, para que providencias sejam tomadas urgentes, pois aquela estrada não pode ficar como está. De forma nenhuma pode compactuar com qualquer falha das Secretarias do Governo. Estão aqui para auxiliar o governo, mas não para concordar com as falhas que são cometidas. O trabalho de cada um deve ser em pról do desenvolvimento de sua comunidade.

Solicitando um aparte, o vereador Paloma disse que seria de bom alvitre incluir nessa solicitação a estrada do Mato Preto que concluída está pior do que era antes de ter sido feita pelo Pró rural. Foi ali colocado um cascalho e saibro de péssima qualidade e já quase não existe mais.

Prosseguindo o vereador Bento, agradeceu a lembrança do vereador Paloma, e inclusive solicitou à presidencia que formassem uma comissão para irem até o Secretário dos Transportes cobrar estas soluções para os problemas que existem, pois acredita que só através de requerimento não haverá solução.

O vereador João Afonso, com a palavra perguntou se o serviço executado pelo pró-rural não é entregue à Prefeitura.

O vereador Bento, esclarecendo, disse que, quanto a este aspecto a Prefeitura não tem culpa, mas isto não quer dizer que ela não possa cobrar esta falha da Secretária.

O vereador Luiz Eduardo, solicitando um aparte, disse que por ocasião em que os vereadores estiveram na Secretaria dos transportes, ficou mais ou menos acertado com o secretário que, quando o DER viesse concluir a estrada do Bonito, eles iriam repassar a do Mato Preto. Quanto a da Lavrinha, nada tinha sido feito.

Prosseguindo, o vereador Bento disse que por ocasião da apresentação do 1º requerimento, já havia esclarecido que por ocasião da visita à Secretaria dos Transportes, levantando a questão da estrada, foi constatado pelo Secretário que no mapa lá existente, ela estava como concluida, o que na realidade não aconteceu, o secretário ficou de tomar providencias e até hoje não houve solução, por isto é oportuno que uma nova Comissão vá até lá e cobre novamente a realização dos serviços.

O vereador Pedro Mendes de Siqueira com a palavra, referindo-se a estrada do São João, que inclusive a vereadora Izolina e ele próprio pediram melhorias, existe um trecho de 14 km do Pró rural, e não se sabe se após concluida a obra é o Pró-rural ou a Prefeitura que conserva. Inclusive existe a subida do Rio Estiva que está precisando de novo empedramento.

O vereador Bento com a palavra, disse que pelo pouco que sabe sobre o assunto parece que a Prefeitura é que vem conservando estes trechos, seria bom que se fizesse um pedido ao DER, assim ficaria esclarecido o caso.

Com a palavra o vereador Antonio Ruiz Paloma, disse que Pró-rural, segundo informações que teve, é obrigado por 10 anos proceder reparos nas estradas sobre sua jurisdição. A comissão proposta pelo vereador Bento é muito válida, pois assim pode-se melhor reivindicar o que é necessário, e é oportunidade de saber o que compete ao Município e o que compete ao Pró-rural na questão da conservação de estradas.

Prosseguindo o vereador Bento, disse que além das estradas já citadas existe a da Lapa ao Lagoão que a Prefeitura teve que arrumar para poder ter condições de tráfego, para o onibus que faz o transporte de alunos da região.

Mais nenhum vereador querendo usar da palavra sobre o expediente e nem discutir o requerimento apresentado pelo vereador Bento, foi o mesmo deferido pela presidencia,

A seguir foi dada entrada a Ordem do Dia para a sessão que deliberava, em primeira discussão, inicialmente, o projeto de Lei nº 10/86, que autoriza o executivo a proceder operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o vereador Bento de Farias, disse que este projeto não é o primeiro a vir para esta Casa com relação ao Pram. Acredita que é do conhecimento de todos os senhores vereadores que dentro da programação do Pram o governo entra com uma parte dos recursos e o Municipio com outra. A parte do Municipio deveria ser em forma de empréstimo feito pelo governo Estadual. Em principio o senhor Prefeito Municipal optou pela aplicação de recursos próprios. agora o emprestimo é uma imposição do governo, porque a maioria das prefeituras não optou por este sistema e com isto

houve um certo prejuizo ao governo. Para cada cruzado emprestado pela Prefeitura o governo dá outro a fundo perdido. Assim a Prefeitura não terá que tirar do seu orçamento próprio, recursos para a continuidade das obras no centro da cidade,

Com a palavra, o vereador Paloma, disse que sobre o projeto de Lei nº 10/86, todos os vereadores devem estar lembrados que ele vem em substituição àquele que originou a Lei 860 de 14/7/85 aprovado e que na época por problemas burocráticos não foi feito o empréstimo. Uma das normas do Pram é de que 35% dos recursos devem ser emprestados ao Municipio pelo Banco do Estado. Como grande parte dos Municípios não fez este empréstimo, o governo está forçando, sob pena de perder o auxilio que vinha recebendo a fundo perdido. Este ano face a inflação ocorrida, a deflação do orçamento em consequencia das medidas economicas recentes em vez do empréstimo aprovado no total do ano passado, ele foi alterado. É válido o emprestimo pleiteado, pois para cada cruzado emprestado virá outro a fundo perdido para o Municipio, apesar do que fala um certo jornalista, que pretendendo fazer sensacionalismo, sem conhecer o assunto, publica na primeira página de seu jornal " mais um endividamento para a Lapa ". Ele devia tomar primeiro conhecimento das coisas para depois publicar, mas publicar a verdade dos fatos.

O vereador João Afonso solicitando um aparte disse não concordar com o vereador Paloma, pois foi um dos que votou contra o empréstimo.

Esclarecendo o vereador Paloma, disse que está se referindo a este empréstimo e não ao passado que já passou. Este ora em discussão é que está servindo de manchete para a la. página do jornal do Sr. Aramis.

Submetido em votação, foi o projeto de Lei nº 10/86, aprovado em primeira discussão por oito votos contra dois, dos vereadores João Afonso e Pedro F. Bianchini Jr.

A seguir foi submetido em discussão o projeto de Lei nº 11/86 que autoriza convênio com a Telepar.

Livre a palavra para discussão fez uso dela o vereador Antonio Ruiz Paloma, dizendo querer parabenizar-se com o Executivo Municipal e com a Telepar pela preocupação que estão tendo com as localidades do interior do Município, principalmente aquelas localidades em região de pouco acesso. Com este convênio, estas comunidades terão condições de contar com um telefone nos casos de emergência , e mesmo aos agricultores e produtores fechar um negócio. Projetos como este devem ser elogiados, pois são verbas do governo que serão aplicadas em beneficio do homem do campo, fixando-o em seu meio, evitando que ele saia do interior e venha para a cidade por falta de apoio.

Com a palavra, o vereador Luiz Eduardo, disse que o projeto ora em discussão virá beneficiar onze comunidades do interior. Pelo montante exigido é o mínimo em proporção ao que trará de beneficios às comunidades do interior. Talvez seja este um dos mais importantes projetos a passar nesta Casa neste ano, em beneficio do homem rural.

O vereador Pedro Mendes de Siqueira fazendo uso da palavra, disse que uma das regiões beneficiadas é São João. Antecipando-se a aprovação do projeto, se coloca inteiramente favorável, inclusive se necessário for fará a doação de uma área de terras de sua propriedade à Prefeitura ou à Telepar, se for o caso, para a instalação do posto telefonico. Esta área fica bem no centro da comunidade, à beira da estrada Municipal. Quanto aos beneficios, não há nem discussão, pois um telefone para uma comunidade do interior é de grande valia e aqui antecipadamente fica o agradecimento por esta iniciativa.

O vereador João Afonso, sobre o projeto em discussão, disse que ele é válido, e com isto o Executivo está demonstrando que está se interessando pelo homem do campo. Como o vereador Luiz Eduardo disse, são comunidades distantes, e entre elas o Palmital de Baixo. Na região existe o Posto da Carqueja e Água Azul, mas é justo que outras localidades sejam beneficiadas, pois o Palmital de Baixo fica a 13km do mais próximo posto. O de Água Azul está funcionando muito bem, a telefonista é atenciosa e não tem se negado a atender seja a hora que for.

Fazendo uso da palavra o vereador Bianchini, disse que um projeto desse quilate que beneficia um povo necessitado, que é o povo do interior, não pode jamais passar desapercebido. Este projeto tem que ser bastante valorizado. No seu entender além destas onze comunidades, outras mais deveriam ser beneficiadas. Tal beneficio deveria ser estendido a todas as comunidades do interior. Seu voto é favorável ao projeto.

Com a palavra o vereador Bento, disse confessar sentir-se bastante a vontade para defender o projeto ora em discussão, que pelo visto independe de defesa, pelos pronunciamentos já feitos pelos senhores vereadores. Deve dizer que este programa de atendimento às comunidades rurais fez parte do plano do governo José Richa. Tal plano elaborado do acordo com o programa do PMDB, era o de dar condições ao homem do campo para que o mesmo tivesse condições de sobrevivencia em sua região sem ter que deixar tudo lá e vir para a cidade. Este é um programa que vem sendo adotado, além disto o povo do interior não é tão exigente ele quer boas estradas para o escoamento da produção, boas escolas para os filhos. Tiveram eles mais uma contribuição que foi a eletrificação rural e agora mais o telefone. Neste particular está-se sentindo a boa vontade do povo em colaborar, inclusive esta demonstração hoje aqui dada pelo vereador Pedro Mendes de Siqueira. Louva a atitude do vereador, pois com isto ele está demonstrandp sua boa vontade em colaborar com o povo da região da qual é representante. Quanto ao que foi dito pelo vereador Bianchini, que tal beneficio deveria ser levado a todas as comunidades do interior deve dizer que esta é parte de mais uma etapa da obra iniciada na gestão passada que deve ser louvada. Hoje está ela sendo intensificada. Nesta etapa de agora, o senhor Prefeito alertou na justificativa, os critérios adotados para beneficiar tais comunidades, em primeiro a maior distância, em segundo

o maior número de pedidos e em terceiro o local mais adequado, além de outros critérios. Crê que após a implantação deste projeto, outros virão beneficiando outras localidades. É com satisfação que vê todos os vereadores com disposição de aprovar tal projeto.

Submetido em votação o projeto de Lei nº 11/86, foi o mesmo aprovado por unânimidade.

Terminada a Ordem do Dia, foi deixada livre a palavra para explicações pessoais.

Com a palavra o vereador Daniel Coreluk, referindo-se ao requerimento que apresentou na semana passada solicitando o patrolamento das ruas de Mariental, disse que já na terça-feira seu pedido foi atendido. As máquinas e caminhões fizeram um bom serviço, e a procissão pode sair tranquila pelas ruas do distrito. Comosabe criticar sabe agradecer, e aqui fica o seu agradecimento ao Executivo e ao patroleiro que executou um bom serviço. A eles também os agradecimentos do vigário e do povo de Mariental.

O vereador João Afonso, com a palavra, disse que foi muito importante o requerimento do vereador Bento com relação ao DER, complementado pelas ponderações do vereador Paloma. Seria esta mais uma razão para que o Executivo fiscalizasse a obra por eles realizada antes de recebe-las. Hoje o DER está ensaibrando a estrada do Bonito até o asfalto, e está na hora de fiscalizar antes de receber o trabalho. Se eles tem dez anos para conserva-la é bom que se exija que ela seja bem restaurada. Prosseguindo o vereador João Afonso, disse não ter sabido porquehoje sendo feriado, o senhor presidente convocou esta reunião quando o Regimento Interno diz que pode, no caso, ser adiada. Não é uma crítica que está fazendo, é apenas um comentário.

O vereador Paloma, com a palavra, referindo-se aquelas proferidas pelo vereador Bianchini, de que todas as localidades deveriam ser beneficiadas com telefone, disse até estranhar, pois quando o vereador se interessa pelo Município, não deve ir contra a projetos que procuram angariar mais recursos, recebendo para cada cruzado emprestado outro em troca a fundo perdido. Isto é o que acontece com o vereador Bianchini, ele quer que todas as localidades sejam beneficiadas, mas é contra a obtenção de recursos para este atendimento, pois sabe-se que nenhum poder executivo tem recursos para arcar com muitas despesas.

Nada mais havendo a tratar, antes de encerrar a sessão, à respeito do pedido de designação de uma Comissão pelo vereador Bento, para irem até a Secretaria dos Transportes, o senhor presidente, / disse que com a troca de Secretário, os engenheiros do DER deram por concluida a estrada Lavrinha/São Bento, o que não aconteceu. Na ocasião em que estiveram naquela Secretaria foi cobrado do secretário e foi por ele dito que iria tomar providências. Quanto à do Mato Preto, também foi dito que assim que eles fizassem a do Bonito ela seria repassada. Por isto acha que a Comissão apenas vai alertar que no tocante a la. estrada referida nada foi feito.

Sobre o assunto, o vereador Paloma disse ser contra a criação da Comissão por antecipação. Está de acordo que se vá até o Secretário, mas que antes seja marcada hora e audiencia, depois o próprio vereador Bento, comunicará a todos e quem quizer e puder vai até lá.

Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 1988 Fl. 06

O vereador Bento achou viável a proposição do vereador Paloma, e extendeu seu convite a todos os vereadores independente de partido, ficando de comunicar a todos com antecedencia o dia e hora da audiência.

Prosseguindo, o senhor Presidente asclareceu ao vereador João Afonso, que no dia 19, convocou a sessão para o dia 26, porque até aquele dia nada havia definido sobre ser feriado ou não. Ninguém contestou, permanecendo a convocação.

Encerrando a sessão, ossenhor presidente agradeceu a presença de todos, convocando outra para o dia 02 de junho, com a seguinte Ordem do Dia:

2a. discussão - Projeto de Lei nº 10/86 que autoriza operação de crédito.

2a. discussão - Projeto de Lei nº 11/86 que autoriza convenio com a Telepar.

1a. discussão - Projeto de Lei nº 12/86 que autoriza recebimento de escritura de doação de terreno.

Discussão Única - Convênio firmado com a Emopar e Prefeitura Municipal, para reparos em estabelecimentos de ensino.

Para constar, eu Ana B. Gomes Wille, oficial de secretaria, lavrei esta ata que lida e aprovada pelos presentes será assinada.